

A visibilidade da língua portuguesa no cenário da política linguística de Timor-Leste

Thiago Soares de Oliveira* 

Leiliane Rezende da Silva Silveira** 

Considerações iniciais

Quatro continentes (América, África, Ásia e Europa) e algo em comum: a presença da língua portuguesa como idioma oficial em pelo menos um país em cada um desses territórios. No que diz respeito à Ásia, o português é idioma oficial em apenas um país (até o momento), o Timor-Leste, nação linguisticamente diversificada, porque, desde o seu “desbravamento”, foi ocupado por diferentes povos, que contribuíram para o quadro de multilinguismo existente no território¹. Inclui-se, nesse panorama, a língua portuguesa, que possivelmente proporciona visibilidade linguístico-identitária do país perante o mundo.

É preciso ressaltar que a visibilidade linguística diz respeito a como uma língua se apresenta em um cenário plurilíngue, ou seja, diante de outras línguas em um dado contexto. Ainda que diversas línguas partilhem de um território, o modo como são apresentadas pode colaborar ou não para a sua visibilidade. Já a identidade pode ser entendida de múltiplas formas, porém o conceito aqui defendido é o utilizado por Brito (2013), segundo o qual a identidade se constitui quando os indivíduos se consideram como pertencentes a um dado grupo de falantes, seja qual for a dimensão desse grupo.

Partindo disso, este trabalho busca responder à seguinte questão-problema: como a visibilidade da língua portuguesa em nível global pode favorecer o território timorense, considerando a diversidade linguística existente no Timor? Acredita-se que a presença de diferentes línguas no território, oficiais (língua portuguesa e tétum) e de trabalho (inglês e língua indonésia), não inibem a presença do português em Timor-Leste, mas colaboram para o desenvolvimento dela. Nesse cenário, a língua portuguesa se destaca como elemento de distinção no sentido de expandir conhecimentos que antes estavam limitados ao território timorense em razão da visibilidade de tal idioma em nível global.

A fim de dar conta da problemática levantada, esta pesquisa pretende, de modo amplo, refletir sobre o atual quadro linguístico timorense e a visibilidade linguístico-identitária do país em nível global. Os objetivos específicos são: a) descrever o quadro linguístico de Timor-Leste e b) analisar a situação da

* Doutor em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Estágio de Pós-doutoramento pela Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Portugal. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. *E-mail*: so.thiago@hotmail.com

** Graduada em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. *E-mail*: leilianerezende96@gmail.com

¹ Devido a explorações mercantis e interesses comerciais.

língua portuguesa como elemento de visibilidade linguístico-identitária global. Para isso, adota-se como procedimento metodológico, neste estudo, a pesquisa bibliográfica para busca e sustentação teórica dos argumentos levantados, a partir da consulta a obras e trabalhos, tais como de Albuquerque (2011), Brito (2013), Henriques (2021) e Paulino (2022).

Além disso, justifica-se a relevância da temática, a princípio, a partir da necessidade de contribuir para os estudos que abordam a diversidade linguística timorense, inclusive no que diz respeito à língua portuguesa. Ainda, com base nas expressões booleanas “língua portuguesa” (OR português) AND “Timor-Leste” (OR “território timorense”) AND multilinguismo (OR “variedade linguística”) AND “identidade linguística”, foram realizadas buscas, em 3 de outubro de 2023, às 23h13min, nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Não foram identificados trabalhos análogos ao que este propõe².

Assim sendo, convém destacar que o cenário linguístico timorense pode ser estudado por diferentes perspectivas, motivo pelo qual o que se pretende aqui não é esgotar o assunto, mas apresentar uma nova óptica sobre este. O intuito é que o multilinguismo timorense seja abordado em diferentes contextos, destacando, sobretudo, a situação da língua portuguesa no país como parte da diversidade linguística lá existente.

O quadro linguístico de Timor-Leste

Timor-Leste é um país linguisticamente diverso, onde coexistem duas línguas oficiais (língua portuguesa e tétum) e duas línguas de trabalho (inglês e indonésio), conforme consta na Constituição do país (TIMOR-LESTE, 2002), além de uma ampla diversidade de línguas nacionais³. Devido a isso, alguns estudiosos, como Albuquerque (2011; 2014), Paulino (2022) e Brito (2013), têm se dedicado a investigar a situação linguística do território timorense.

Segundo Brito (2013), o território timorense foi ocupado pelos europeus desde o século XVI. Com a chegada do colonizador lusitano, ocorreu a apresentação da língua de Camões à nação timorense. Apesar disso, o ensino da língua portuguesa não era algo prioritário no país, tendo em vista que os objetivos da “colonização” se pautavam no interesse comercial e na exploração mercantil. Então, é compreensível que tal idioma não fosse manejado com maestria pela maioria dos timorenses, considerando que os indivíduos aprendiam a língua para que pudessem suprir as necessidades do colonizador (BRITO, 2013).

Consoante Cunha (2001), em 1974, com a Revolução dos Cravos, surgiram partidos políticos com distintos interesses na ilha de Timor, dentre eles: a) a União Democrática Timorense (UDT), cujo objetivo era defender a autonomia progressiva e promover o estreitamento de laços com o povo lusitano; b) a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que, por sua vez, objetivava adquirir apoio dos timorenses para galgar a independência do país; e c) a Associação Popular Democrática

² Durante a pesquisa não se utilizaram filtros de busca, com o intuito de catalogar o maior número possível de trabalhos.

³ Alguns estudiosos da área divergem sobre a quantidade exata.

Timorense (APODETI), cujo intuito era promover a integração de Timor-Leste à Indonésia. Diante de muitos esforços, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN proclama a independência unilateral da nação timorense (CUNHA, 2001).

Em 7 de dezembro de 1975, poucos dias após a Proclamação da Independência, o Timor-Leste foi alvo da ocupação indonésia, que impôs como oficial uma língua oriunda do malaio, intitulada *bahasa indonésia*⁴. O período de imposição linguística durou 24 anos, a saber, até 1999. No entanto, o país já era multilíngue não apenas em razão das línguas existentes no território⁵ antes mesmo da “colonização”, mas também por causa do português, idioma não utilizado⁶ por todos da nação timorense (DINIZ; SILVA, 2013). Segundo os autores, em 2010, apenas 39,3% da população timorense faziam uso da língua portuguesa. Nesse sentido, sua adoção como oficial pela Constituição se deve ao fato do Timor-Leste ter sido colônia de Portugal por quase 400 anos e por estratégias políticas, já que, “na construção de uma nação, a língua é um dos elementos necessários à afirmação identitária do seu povo” (PAULINO, 2022, p. 11). A língua representa parte da existência de uma nação.

Nesse sentido, a escolha do português como língua oficial do Timor-Leste foi uma tentativa de padronizar linguisticamente a nação, de modo que todos os habitantes pudessem aprender e utilizar o idioma, historicamente apresentado à nação timorense de forma “suave” como elemento de coesão nacional. Acrescenta-se, ainda, que a ilha de Timor “é constituída por diversos ‘reinos’ com as suas especificidades culturais –, e tem igualmente a ver com um sentimento de identidade comum, construído ao longo da sua história” (PAULINO; BORGES, 2018, p. 4-5). Isso porque, embora o território timorense possua uma ampla diversidade linguística, os indivíduos partilham do mesmo espaço, da cultura e do colonizador.

Henriques (2021, p. 10) salienta que, “no caso de um país multilíngue, nem todas as línguas têm de ter a mesma função, pois nem todas possuem certos traços culturais – por exemplo, algumas podem não possuir recursos científicos para serem utilizadas no ensino”. Isso pode justificar, em parte, por que o português, manejado em outros continentes, há séculos normatizado, fixou-se como oficial no Timor-Leste, apesar da grande diversidade linguística. Ocorre que nem todas as línguas da ilha do país são gráficas, como a maioria das línguas nacionais⁷.

Nesse sentido, embora a política tenha tido forte influência na nacionalidade do povo timorense, essa identidade é resultante de um arcabouço cultural advindo de uma trajetória histórica (PAULINO; BORGES, 2018), considerando que a língua constitui um pilar do nacionalismo, isso porque está envolta por um grupo social que partilha de interesses em comum, formando, assim, a identidade de um povo, motivo pelo qual é necessário conhecer algumas peculiaridades da realidade linguística do país. Sobre isso, Albuquerque (2011; 2014) registra que, no Timor-Leste, as línguas são divididas em dois grupos: as austronésicas e as papuásicas:

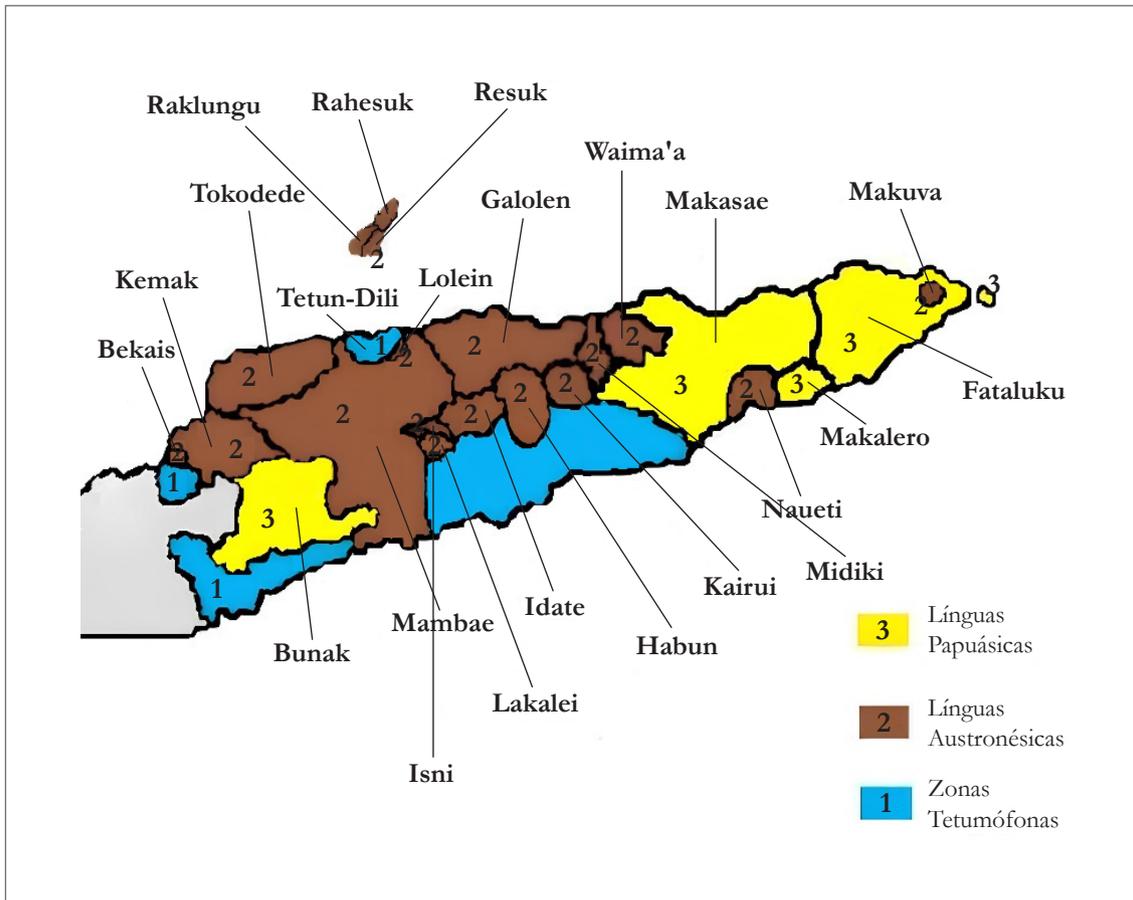
⁴ Idioma oficial da Indonésia. Língua oriunda da família austronésica.

⁵ Por exemplo, as línguas nacionais.

⁶ Nas modalidades falada e escrita.

⁷ Cf. Albuquerque (2014).

Mapa 1 - As línguas nativas do Timor-Leste.

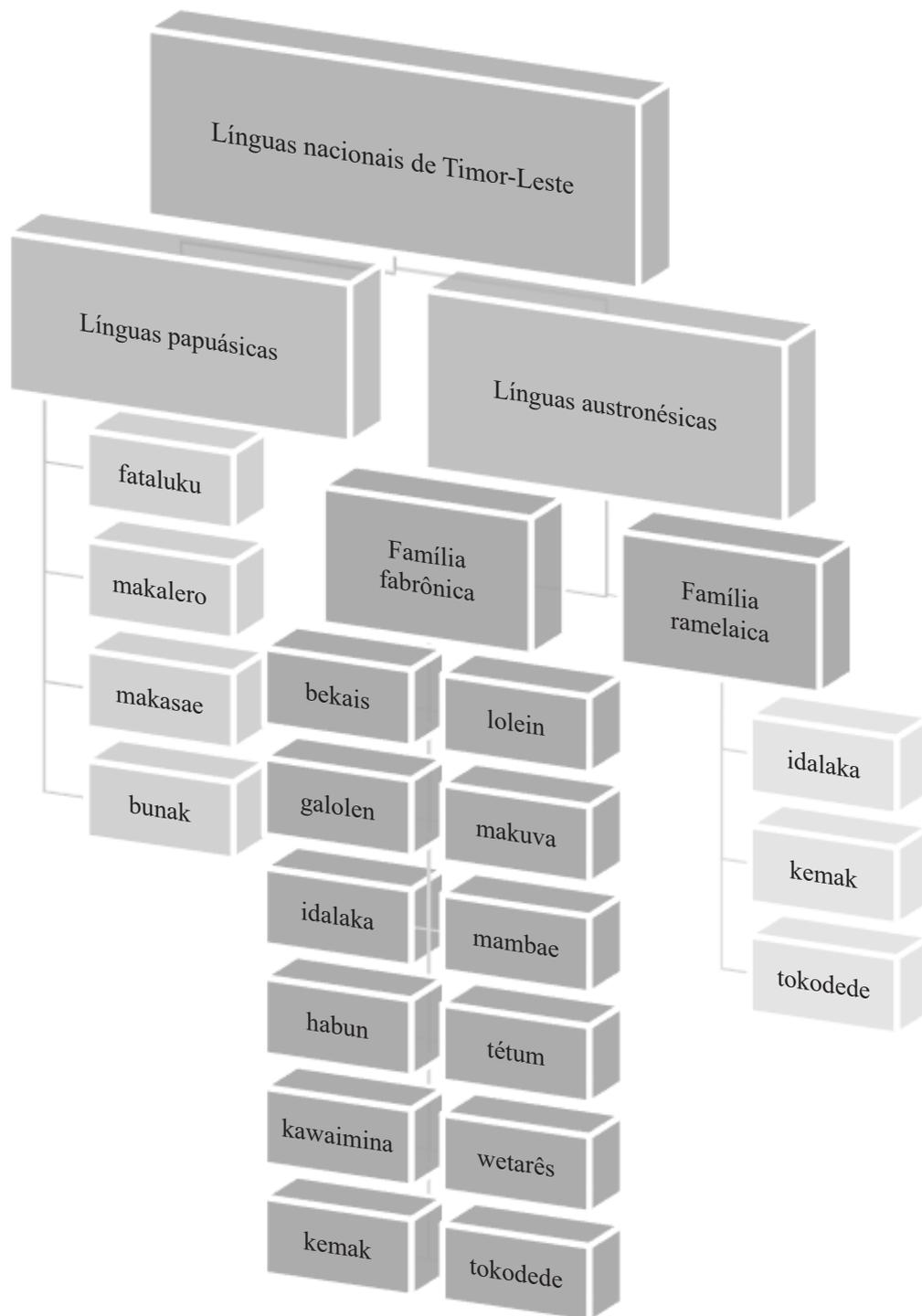


Fonte: Albuquerque (2011, p. 66).

Como se pode observar acima, Albuquerque (2011) identifica, como línguas papuásicas: fataluku, makalero, makasae e bunak⁸. Enquanto as três primeiras são manejadas na parte oriental da ilha, esta última é utilizada na parte ocidental, entre as línguas austronésicas e as Zonas Tetumófonas (onde se fala o tétum). As línguas austronésicas, por sua vez, são divididas em duas famílias: a fabrônica e a ramelaica. Do grupo fabrônico fazem parte: bekais, galolen, idalaka, habun, kawaimina, kemak, lolein, makuva, mambae, tétum, wetarês e tokodede (Albuquerque, 2014). Além disso, “a região central de Timor-Leste é predominantemente Mambae, e as regiões adjacentes de outros membros da família Ramelaica” (Albuquerque, 2014, p. 100). As línguas da família ramelaica são: idalaka, kemak, tokodede. As línguas austronésicas marcam presença nas partes oriental, central e ocidental do país. Na verdade, em cada município do país há predominância de uma (ou mais) língua(s) específica(s):

⁸ Albuquerque (2011) apresenta a escrita com “k” (Bunak), enquanto Henriques (2021) apresenta com “c” (Búnac).

Figura 1 - Línguas nacionais de Timor-Leste.



Fonte: adaptada de Albuquerque (2014).

Por outro lado, Henriques (2021) diverge na quantidade de línguas apresentada por Albuquerque (2014), anotando 5 línguas da família papua e 15 da família austronésica:

Quadro 1 - As línguas locais de Timor.

Línguas da família papua	Línguas austronésicas
Fataluco	Tétum (Tétum-praça de Díli, a capital)
Macassa	Naueti
Maclere	Galóli
Búnac	Habo
Marai	Idaté
	Ataúro
	Lacalei
	Mambae
	Tocodede
	Quêmac
	Becais
	Baiqueno
	Uaimoa
	Cairui
	Mídic

Fonte: adaptado de Henriques (2021, p. 38-39).

Além disso, Henriques (2021) realiza uma catalogação do que alguns estudiosos da área falam sobre as línguas nacionais do território timorense:

Quadro 2 - Autores e quantidade de línguas nacionais.

Autores	Quantidade de línguas nacionais
Duran (2011)	31
Hull (2005)	15
Hull (1998 e 2002)	18

Continua

Continuação

Thomaz (2002)	19 a 31
Carvalho (2001)	18
Carvalho e Mattoso (2002)	18
Bowden e Hajek (2007)	26
Luís Costa (2005)	18

Fonte: adaptado de Henriques (2021).

De acordo com o Quadro 2, que compila, a partir da obra de Henriques (2021), pensamentos de diversos estudiosos sobre as línguas nacionais de Timor, ocorre divergência entre eles em relação à quantidade exata de idiomas. De qualquer modo, independentemente das visões específicas dos pesquisadores, não se pode ignorar que o Timor-Leste é um país multilíngue. A língua portuguesa não é registrada nem na Figura 1 nem nos Quadros 2 e 3, porque recebeu o *status* de oficial na Constituição nacional (TIMOR-LESTE, 2002), não sendo uma língua originária, ao contrário do tétum (também considerada oficial), que se faz presente no território antes da chegada do “colonizador” europeu (BRITO, 2013). Diante de uma ampla diversidade de línguas nacionais, das línguas de trabalho e das oficiais, é necessário compreender o papel da política linguística para funcionamento delas.

Em linhas gerais, Lagares (2018, p. 21) afirma que a “política linguística é entendida como uma forma de resolver ‘problemas linguísticos’ em novas sociedades multilíngues, decidindo sobre as funções que cada língua cumpriria no novo país”, ou seja, a política linguística é responsável por determinar a função de cada língua em um dado contexto social, buscando formar, no país, indivíduos proficientes na língua do “colonizador”, para prevalecer a mesma hierarquia instaurada durante o período de “colonização”, ao mesmo tempo em que determina o papel e a função de cada língua em uma nação (LAGARES, 2018).

Além do mais, “a política linguística vê-se, então, diante, ao mesmo tempo, dos problemas de coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas, frequentemente postas em prática pelo povo, bem como do problema de certo controle democrático” (CORREA, 2009, p. 74). Compreende-se, com isso, que a adoção da língua portuguesa como uma das línguas oficiais do Timor-Leste foi uma estratégia política para manter em evidência o idioma do “colonizador”. Em tempos atuais, o português é considerado língua internacional ou global por alguns estudiosos, como Mendes (2019) e Teixeira (2018), o que pode colaborar para o reconhecimento linguístico do território timorense fora de suas próprias fronteiras, ainda que não se possa (nem se deva) apagar a existência das demais línguas do país.

A língua portuguesa como elemento de visibilidade linguístico-identitária global

A língua portuguesa está presente, como idioma oficial, em um país do continente asiático, entre o Pacífico Sul e o Sudoeste Asiático, “a quinhentos quilômetros da Austrália”, em uma das “localidades

mais orientais do arquipélago indonésio, no grupo das ilhas Sunda”: Timor-Leste (BRITO, 2013, p. 75). O país restabeleceu a sua independência em 20 de maio de 2002, sendo alvo de intensas disputas territoriais e linguísticas, um dos fatores para que a nação se tornasse multilíngue. Dentre as diversas línguas existentes na ilha, a língua portuguesa desponta como possível elemento de visibilidade internacional para a nação timorense, uma vez que,

Ocupa oficialmente 10,7 milhões de km², está presente na América, África, Europa e Ásia – nesta ordem em termos demolinguísticos – e tem de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua em variados graus de proficiência, número que cresce em velocidade moderada, com grandes variações entre os continentes: crescimento baixo na Europa e na Ásia, médio na América do Sul e grande na África Meridional, hoje já está o maior polo de crescimento vegetativo do idioma e que chegará a 2060, pelas previsões atuais, a 90 milhões de falantes de português, entre Angola e Moçambique (OLIVEIRA, 2013, p. 411).

Segundo Oliveira (2013), o crescimento da língua de Camões ocorre de forma lenta na Ásia, que inclui Timor-Leste. Além disso, “na Internet, o português alcançou recentemente a cifra de 83 milhões de usuários, passando a ser, em 2010, a quinta língua mais usada na rede – à frente do japonês” (OLIVEIRA, 2013, p. 411-412). Isso representa que a internet funciona como uma ferramenta para a visibilidade da língua portuguesa no mundo. Os países lusófonos não compartilham fronteiras físicas entre si, “por isto cada um deles [é] uma ‘ilha linguística’ cercada de países de outras línguas onde o português adquire, paulatinamente, um estatuto reconhecido como língua estrangeira” (OLIVEIRA, 2013, p. 412). Além disso, a língua de Camões é considerada elemento identitário em alguns países onde é oficial, como é o caso do Timor-Leste, devido ao sentimento de pertencimento perante o idioma.

Outro ponto concatenado à internacionalização do português está relacionado à existência de 43 Institutos Camões nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Cabo Verde, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Croácia, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Etiópia, França, Geórgia, Guiné-Bissau, Hungria, Índia, Itália, Marrocos, México, Moçambique, Moldávia, Namíbia, Polónia, Reino Unido, República Checa, República Democrática do Congo, Romênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sérvia, Suécia, Tunísia, Ucrânia, Venezuela, Vietnã e Zimbábue (UP PORTO, 2023).

Embora no Timor-Leste não exista um Instituto Camões (apenas o Centro de Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e), não se pode ignorar que a língua portuguesa é uma herança linguística, histórica e cultural do povo timorense, um contributo para a formação identitária do país. Consoante Mendes (2019, p. 39), “nos discursos veiculados pelos governos, a língua portuguesa seria o nosso bem maior, capaz de assumir a posição de elemento catalizador a partir do qual países, governos e comunidades trabalhariam pelo seu bem comum”, ou seja, tal idioma atua de modo a promover um trabalho “em conjunto” com aqueles que se consideram vinculados ao idioma. No Mapa 2, a seguir, são demonstrados os países⁹ pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

⁹ Além dos países, incluem-se também outros territórios, como Macau, região administrativa especial pertencente à China.

Mapa 2 - Países-membros da CPLP.



Fonte: UP Porto (2023).

Para que a língua portuguesa se mantenha presente e relevante em espaço global, é necessária uma política de promoção e difusão do português. Isso requer esforços no que tange aos países da CPLP, principalmente Brasil e Portugal, que já têm estabelecidas suas variantes¹⁰. Ademais, não se pode negar que, para que isso ocorra, é preciso formar novos docentes em língua portuguesa e, também, aperfeiçoar a prática daqueles que já atuam na área. Para Mendes (2019), a difusão do português fora da esfera da CPLP é marcada por inconstâncias, devido à ausência de uma política de difusão objetiva, considerando que essa política, como a grande maioria, encontra-se justaposta a outras. E isso também ocorre internamente, na CPLP. Nesse sentido, explica Mendes (2019, p. 51) que,

Em muitos contextos onde o português é língua em flagrante crescimento do interesse por sua aprendizagem, há grande escassez de professores com formação específica na área. Isso também implica que a demanda tem sido muito maior do que a nossa capacidade de formar novos professores, o que é agravado pela ausência de políticas claras por parte do Brasil para a formação e capacitação de professores de português no exterior. Obviamente que não estou aqui considerando a ampla atuação de Portugal na projeção da língua portuguesa e na formação de novos professores, marcadamente em alguns espaços do globo, como na Europa, África e Ásia.

¹⁰ São inúmeras as gramáticas que se voltam à norma brasileira e à europeia.

É perceptível que, em cada país entendido como lusófono, a língua portuguesa se apresenta de forma distinta, isso porque cada nação possui suas particularidades, como trajetória histórica, contextos cultural, político, social etc. Apesar de ocorrerem algumas divergências (como sotaque e vocabulário) no que tange ao manejo da língua, o código linguístico é o mesmo (embora variável). Com isso, é possível ter um ponto de partida para compreender como o idioma se apresenta dentro de cada país, uma vez que as variedades do idioma possuem semelhanças. Nesse sentido, tem-se que a variante do Timor-Leste não é a mesma dos demais países da CPLP, mas compartilha de certa uniformidade, por exemplo, o projeto do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), que é uma ferramenta que permite conhecer as palavras formalmente pertencentes à língua portuguesa em geral:

Figura 2 - Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa.



Fonte: CPLP (2023). Disponível em: <https://voc.cplp.org/>

A Figura 2 representa que “o VOC tem versões específicas para cada país, refletindo as fontes, a frequência e as propriedades das formas mais representativas de cada país” (CPLP, 2023, n. p.). Há, inclusive, na versão comum, a seguinte explicação:

O Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) é o recurso oficial de referência para a escrita do português. Permite conhecer a grafia, a divisão silábica, a flexão e outras propriedades formais de cada palavra do português nos diferentes países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que o integrou formalmente no seu património em 2014, durante a X Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, em Díli, após apresentação na sede da Comunidade (2012) e na II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Plano Mundial, em Lisboa (2013).

O VOC é gerido pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a instituição da CPLP para a política linguística, e conta com a colaboração de um vasto corpo de especialistas de diferentes países. Ao longo da sua execução, iniciada em 2010 por recomendação do Plano de Ação de Brasília, o VOC foi organizado e desenhado a nível metodológico por uma Equipa Central com que se articularam diferentes grupos de especialistas: equipas nacionais nomeadas pelos seus governos construíram e validaram os dados de cada país, ao mesmo tempo que um Corpo Internacional de Consultores discutia os critérios ortográficos e lexicográficos comuns

a seguir na obra, consubstanciada na Sistematização das Regras de Escrita do Português aprovada pelos representantes políticos dos diferentes países no Conselho Científico do IILP em 2016. As informações foram conferidas e validadas centralmente por equipas de apoio à Equipa Central que, em áreas específicas, contaram com o parecer de consultores temáticos (CPLP, 2023, grifos do autor).

Ainda que o VOC não tenha disponíveis as versões de Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe nem liste a Guiné Equatorial como país integrante da CPLP, ele “procura representar o léxico em uso em cada país e as suas especificidades” (CPLP, 2023, n. p.). Isso demonstra que, na verdade, a língua portuguesa ultrapassa continentes por meio “da venda de livros, materiais e recursos didáticos, cursos, traduções, exames e certificações, filmes, músicas e todo o tipo de produto da cultura em língua portuguesa, bancos de dados, softwares, aplicativos, entre outros” (MENDES, 2019, p. 41), não se restringindo apenas aos países-membros da CPLP. Em outras palavras, o português alcança outros espaços não apenas na modalidade falada, mas também na escrita, possibilitando um intercâmbio intercultural sobre e em língua portuguesa, já que a internet une virtualmente diversas nações. Todavia,

Para ser verdadeira língua internacional, o português não pode querer à força conservar a ‘pureza’ nem da norma europeia nem da norma brasileira, se é que há apenas realmente uma norma em cada um destes espaços. Isso não que [sic] dizer que não possa haver uma norma portuguesa, uma norma brasileira, uma norma angolana, moçambicana e de qualquer centro político onde o português seja língua oficial. O que se tem de admitir é que, para quem quiser usar o português, sobretudo para quem não o adquiriu como língua materna, é aceitável uma língua de interferências (TEIXEIRA, 2018, p. 147-148).

Como em Timor-Leste o sentimento que reveste a língua portuguesa como um elemento nacional se deve à memória de colonialismo¹¹ no território, a “visão que assenta na equivalência língua-país-alma nacional ajuda a suportar a ideia de que os habitantes do país da língua têm direitos especiais de posse sobre ela. A língua é vista apenas na diacronia, como um objeto que se deu a quem nada tinha” (TEIXEIRA, 2018, p. 142-143). Em outras palavras, quando os portugueses chegaram à ilha de Timor, não havia uma língua estabelecida de forma oficial, momento em que o português firmou suas raízes até galgar o posto de oficialidade. Portanto, entende-se “nada tinha”, nas palavras de Teixeira (2018), como a ausência de uma língua oficial, e não como inexistência de línguas anteriores à chegada do português.

Nesse sentido, a língua portuguesa, aos poucos, adquiriu visibilidade em relação a outras línguas do território. De acordo com Berger e Elsenbach (2017), a visibilidade linguística tem relação com como uma língua se apresenta em relação a outras em um dado contexto ou comunidade. Embora diferentes línguas partilhem do mesmo espaço, o modo como cada uma delas se apresenta constrói sentidos sobre

¹¹ É preciso anotar que chegada do “colonizador” português às terras timorenses merece problematização mais profunda, pois a ilha perdeu muito de suas riquezas devido à extração de bens naturais pelo “colonizador”. Além do mais, a trajetória da língua portuguesa no Timor-Leste é multissecular, marcada por inconstâncias e pela tentativa de apagamento de vínculo linguístico durante a ocupação indonésia.

elas. Considerando “que a visibilidade depende da associação entre lugar de exposição e da significação que deriva da posição do objeto no contexto em que se dá determinado fenômeno” (BERGER; ELSENBACH, 2017, p. 452).

Por essa razão, o português se firma como elemento indispensável na construção da identidade timorense, considerando que há um elo entre a língua falada por um grupo social e a identidade desses povos, que partilham particularidades como vocabulário específico, ou seja, esses indivíduos possuem singularidades que os tornam pertencentes a uma mesma comunidade (KRAMSCH, 1998). Assim, através desse estreitamento linguístico, os indivíduos extraem, mesmo que inconscientemente, elementos de continuidade histórica, por compartilharem a mesma língua.

Nesse ponto, vale ressaltar que Woodward (2014, p. 50) realizou trabalhos sobre as identidades, sugerindo que “elas são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao ‘forasteiro’ ou ao ‘outro’, isto é, relativamente ao que não é”, ou seja, para a autora, as identidades são originadas por meio da diferença, que pode ocorrer pela exclusão social ou dos sistemas de representação. No entanto, uma não anula a outra, uma vez que a identidade necessita da diferença para sua existência.

Para Brito (2013), a definição de identidade é entendida como elemento que separa um grupo de indivíduos de outros, seja qual for a amplitude desse grupo. A autora explica que a identidade se constitui quando os sujeitos se declaram como pertencentes a uma dada comunidade, ou seja, quando um indivíduo percebe elementos em comum com um grupo de falantes. Como se percebe, a identidade linguística timorense constituída historicamente a separa de outros países da Ásia, por ser a única nação (até o momento) a ter a língua portuguesa como um de seus idiomas oficiais.

Diante das diversas perspectivas e pontos de vista sobre a definição de identidade, neste trabalho, adota-se a concepção apresentada por Brito (2013), autora segundo a qual a constituição da identidade se dá pelo reconhecimento do indivíduo como membro de um dado grupo específico, levando em consideração aspectos em comum existentes. Portanto,

Se alguém colocasse a sua dúvida sobre a influência do Português na afirmação identitária timorense a par do Tétum, ou seja, se alguém vier dizer que o Português é uma língua estrangeira ou colonizadora, a resposta é seguinte: por um lado, é verdade, mas, por outro lado, é uma língua que reflete e preserva a cultura e a identidade linguística timorense (PAULINO, 2022, p. 11).

Diante do entendimento do autor, nota-se a relevante influência da língua portuguesa na construção identitária do povo timorense, uma vez que o idioma não representa apenas mais uma língua no país, mas uma parcela da trajetória histórica dessa nação. A despeito disso, Corte-Real e Brito (2006, p. 125, grifo dos autores) chamam a atenção para um discurso de que discordam: “*a escolha do português é uma imposição linguística como forma de monopólio de poder político e exclusão da maioria desse poder*”, ou seja, uma estratégia para que a língua do “colonizador” continue em evidência. Isso, na visão dos autores, é um equívoco, já que a língua portuguesa contribui para o desenvolvimento de outras línguas no território timorense, inclusive o tétum, além de permitir acesso a outras línguas, como o inglês.

Outro ponto que merece destaque é que a lenta progressão do português no país colabora para o desenvolvimento de outras línguas no território timorense, inclusive o inglês (CORTE-REAL; BRITO, 2006). Em tese, por ser a língua portuguesa o idioma oficial do Timor-Leste (além do tétum), deveria receber suporte dos países-membros da CPLP, visando fortalecer o idioma no país. No entanto, na prática, isso ocorre parcialmente. No intuito de verificar a quantidade de estrangeiros oriundos da Comunidade Lusófona os quais desembarcaram no aeroporto de Díli¹² nos últimos anos (2016 a 2021), consultou-se o Censo (2021), de Timor-Leste:

Quadro 3 - Desembarque de estrangeiros no aeroporto de Díli (2016-2021).

Países	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Countries
Austrália	11.564	12.198	11.509	10.562	2.575	1.588	Australia
Brasil	596	711	661	479	160	37	Brazil
China	7.437	7.519	6.673	7.455	1.834	406	China
EUA	2.205	2.048	2.065	1.751	328	214	USA
Filipinas	3.024	3.184	3.320	2.173	552	59	Philippines
Índia	804	728	716	712	142	23	India
Indonésia	17.834	18.538	15.523	9.183	1.802	383	Indonesia
Japão	1.373	1.491	1.747	1.448	203	95	Japan
Malásia	1.738	1.614	1.441	1.386	155	41	Malaysia
Nova Zelândia	733	758	746	656	155	149	New Zealand
Paquistão	100	134	109	127	41	16	Pakistan
Portugal	7.287	7.460	7.719	6.559	1.181	842	Portugal
Reino Unido	64	24	1.256	496	122	127	United Kingdom
Singapura	1.348	1.419	1.373	1.147	1.492	12	Singapore
Outros países	9.535	8.434	19.807	30.717	7.137	1.507	Others countries
Total	65.642	66.260	74.665	74.851	17.879	5.499	Total

Fonte: Timor-Leste (2021, p. 22).

Como se pode observar, os únicos países pertencentes à CPLP listados no Quadro 3 são Portugal e Brasil, juntos representando um número de estrangeiros inferior quando comparados à Indonésia, à Austrália, à China e a outros países geograficamente próximos a Timor, por exemplo. Entre 2016 e 2021, Timor-Leste recebeu aproximadamente 77 mil estrangeiros no aeroporto de Díli, de países

¹² A finalidade não foi informada. Com isso, não se pode afirmar se os indivíduos foram apenas visitar o país ou nele residir.

não especificados no Censo 2021 (TIMOR-LESTE, 2021). Dentre os países em destaque no Quadro 3, a Indonésia foi o país que mais enviou estrangeiros ao Timor-Leste, com o total de 63.263 pessoas¹³, entre os anos de 2016 e 2021. Note-se que a Indonésia divide fronteira terrestre e marítima com Timor, além do vínculo histórico de ocupação militar durante as últimas décadas do século XX.

Diante disso, devido ao grande número de estrangeiros nas terras timorenses, é possível que outras línguas venham a se desenvolver naquele território, como a língua indonésia e o inglês. Como se pôde observar, Indonésia e Austrália foram os países com maior número de estrangeiros a desembarcarem no aeroporto de Díli nos últimos anos, enquanto Portugal ocupou a 4ª posição, o Brasil a 12ª e os demais países-membros da CPLP sequer foram listados no Quadro 3.

Considerações finais

Esta pesquisa procurou retratar de forma sucinta o quadro linguístico timorense, abordando brevemente sobre as línguas oficiais, as de trabalho e as nacionais, além de analisar o papel da língua portuguesa em níveis nacional e internacional. Com isso, foi possível refletir sobre a relação entre o atual quadro linguístico timorense e a visibilidade linguístico-identitária da língua portuguesa em nível global.

No primeiro momento, buscou-se analisar o quadro linguístico timorense, considerando a diversidade linguística existente na região. Para isso, foi preciso retomar (brevemente) o conceito de política linguística, para compreender como as línguas de Timor se organizam e qual a função de cada grupo. Além disso, observou-se que não há uma concordância a respeito do número exato de línguas nacionais existentes no país, o que não altera, de modo geral, o cenário de multilinguismo do território nem o papel e a funcionalidade da língua portuguesa dentro da nação. Diante disso, foi possível constatar que cada língua possui a sua funcionalidade dentro do território, seja para uso regular, seja formal, seja administrativa.

Visando compreender a situação da língua portuguesa como elemento de visibilidade linguístico-identitária global, nota-se que o idioma tem ultrapassado fronteiras e conquistado o seu espaço no mundo, quer na modalidade oral, quer na escrita, isso devido ao suporte das ferramentas digitais. No mais, no que tange ao português em Timor-Leste, o idioma é considerado como elemento indispensável na identidade timorense, devido não apenas à memória de colonialismo português no país, mas devido a fatores políticos. Tem-se que a língua portuguesa vem ocupando o seu espaço no mundo e dentro da região do Timor-Leste. No entanto, o inglês e a língua indonésia também colaboram para maior diversidade linguística do país.

Por fim, este trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto no que concerne ao multilinguismo em Timor, especificamente no que diz respeito à situação da língua portuguesa no território. Por isso,

¹³ No entanto, nos anos de 2020 e 2021, ocorreu um decréscimo no número de visitantes no país, provavelmente em razão dos impactos da pandemia da Covid-19.

sugerem-se novos estudos, inclusive com aprofundamento sobre o tema e, também, sobre ópticas distintas, tendo como foco as línguas nacionais timorenses ou não, sobretudo, sem ignorar a presença da língua portuguesa na região.

Referências

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. *A língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística*. 2014. 363 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/36180>. Acesso em: 22 out. 2023.

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. O português de Timor Leste: contribuições para o estudo de uma variedade emergente. *Papia*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 65-82, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23964>. Acesso em: 04 out. 2023.

BERGER, Isis Ribeiro; ELSENBACH, Laisla Rafaelly Jardim. Gestão do multilinguismo no espaço visual público em Foz do Iguaçu: um estudo sobre a visibilidade da diversidade linguística. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 433-456, 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/893>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRITO, Regina Pires de. *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Editora Terracota, 2013.

CORREA, Djane Antonucci. Política linguística e ensino de língua. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 72-78, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5715/571561886008.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

CORTE-REAL, Benjamim; BRITO, Regina Helena Pires de. Aspectos da política linguística de Timor-Leste. Desvendando contracorrentes. In: MARTINS, Moises Lemos de; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa (ed.). *Comunicação e lusofonia*. Porto: Campo das Letras, 2006. p. 123-131. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30016>. Acesso em: 12 out. 2023.

CPLP. *Vocabulário ortográfico comum da Língua Portuguesa*, 2023. Disponível em: <https://voc.cplp.org/>. Acesso em: 24 out. 2023.

CUNHA, João Solano Carneiro da. *A questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG, 2001.

DINIZ, Izabel Cristina Silva; SILVA, Luana Fabrícia Correia. Língua Portuguesa em Timor-Leste: contexto de ensino e crenças sobre aprendizagem. *Revista Vozes dos Vales*, UFVJM, Diamantina, n. 4, p. 1-20, 2013. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/L%C3%ADngua-Portuguesa-em-Timor-Leste-contexto-de-ensino-e-cren%C3%A7as-sobre-aprendizagem-Brasil.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

HENRIQUES, Paulo. *Política linguística em Timor-Leste: a ação e a formação dos tradutores*. 2021. 223 f. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) - Universidade do Minho, Portugal, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/75618>. Acesso em: 04 out. 2023.

HENRIQUES, Paulo; RAMOS, Rui Lima. Política linguística em ambiente multilingue: o caso de Timor-Leste. *Revista da Universidade de Aveiro*, Aveiro, série 2, n. 8, p. 201-214, 2019. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/74339>. Acesso em: 03 out. 2023.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

MENDES, Edleise. A promoção do português como língua global no século XXI: um cenário a partir do Brasil. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 37-64, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154924>. Acesso em: 09 out. 2023.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 52, p. 409-433, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/MvzjfZ35mKhnHjWW5W7rMk/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 22 out. 2023.

PAULINO, Vicente. Timorização dos timorenses no sistema da educação de Timor-Leste. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 40, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/66240>. Acesso em: 04 out. 2023.

PAULINO, Vicente; BORGES, Daniel Batista Lima. Literatura oral e identidade maubere na construção de discursos sobre a formação da nação timorense. *Plural Pluriel*, Nanterre Cedex, n. 19, p. 113-122, 2018. Disponível em: <http://www.pluralpluriel.org/index.php/revue/article/view/182>. Acesso em: 03 out. 2023.

TEIXEIRA, José. De todas as línguas se pode ver o mar: O Português e as línguas globais. In: BARROSO, Henrique (org.). *O Português na Casa do Mundo, hoje*. Ribeirão: Húmus, 2018. Disponível em: <http://repositorium.uminho.pt/handle/1822/54979>. Acesso em: 09 out. 2023.

TIMOR-LESTE. *Censo Timor-Leste em números*. 2021. Disponível em: <https://inetl-ip.gov.tl/pt/2023/08/29/timor-leste-em-numeros-2021/>. Acesso em: 21 out. 2023.

TIMOR-LESTE. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Díli: Assembleia Constituinte, 2002. Disponível em: https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/constituicao_RDTL.pdf. Acesso em: 04 out. 2023.

UP PORTO. *Portal do português da UP*. Disponível em: <https://www.up.pt/portuguesuporto/o-portugues-no-mundo/>. Acesso em: 04 out. 2023.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

Recebido em 29 de outubro de 2023.

Aprovado em 10 de janeiro de 2024.

Resumo/Abstract

A visibilidade da língua portuguesa no cenário da política linguística de Timor-Leste

Thiago Soares de Oliveira e Leiliane Rezende da Silva Silveira

Timor-Leste é um país que reúne uma ampla diversidade linguística, com duas línguas oficiais (português e tétum) e duas de trabalho (inglês e *bahasa* indonésio), além de diversificadas línguas nacionais. Partindo disso, este trabalho objetiva refletir sobre o atual quadro linguístico timorense e a visibilidade linguístico-identitária da língua portuguesa, considerando as línguas utilizadas no país. Para tanto, buscaram-se subsídios na pesquisa bibliográfica, de modo que se pudessem sustentar os argumentos levantados, a exemplo da presença de diferentes línguas no território, oficiais e de trabalho, mas que não inibem a presença do português em Timor-Leste. Para isso, utilizam-se como referenciais teóricos obras de Albuquerque (2011), Brito (2013), Henriques (2021) e Paulino (2022), dentre outras. Como resultados obtidos, observa-se que a língua portuguesa vem ocupando visibilidade linguística não apenas dentro do território timorense e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas mundial, favorecendo, em tese, o reconhecimento da nação timorense, mesmo que de forma lenta. Além disso, o inglês e a língua indonésia se destacam em Timor devido à grande quantidade de estrangeiros oriundos de países que manejam esses idiomas.

Palavras-chave: política linguística, multilinguismo, língua portuguesa, Timor-Leste.

The visibility of Portuguese language in the language policy scenario of East Timor

Thiago Soares de Oliveira and Leiliane Rezende da Silva Silveira

East Timor is a country that brings together a wide linguistic diversity, with two official languages (Portuguese and Tetum) and two working languages (English and Bahasa Indonesia), in addition to diverse national languages. Based on this, this work aims to reflect on the current Timorese linguistic framework and the linguistic-identity visibility of the Portuguese language, considering the languages used in the country. To this end, subsidies were sought in bibliographical research, so that the arguments raised could be supported, for example, the presence of different languages in the territory, official and work, do not inhibit the presence of Portuguese in East Timor. For this, Albuquerque (2011), Brito (2013), Henriques (2021) and Paulino (2022) are used as theoretical references. As results obtained, it is observed that the Portuguese language has been occupying linguistic visibility not only within the Timorese territory and the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), but worldwide, favoring, in theory, the recognition of the Timorese nation, even if slow way. Furthermore, English and the Indonesian language stand out in Timor due to the large number of foreigners from countries that speak these languages.

Keywords: language policy, multilingualism, Portuguese language, East Timor.